

Psicologia Política

Political Psychology

Psicología Política

Psychologie Politique

Fabio Ortolano

fabio.ortolano@usp.br

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política e pesquisador do Grupo de estudos e pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Obra: Psicologia Política

Autor: Carlos Barracho

Lisboa: Escolar, 2011.

271 páginas.

ISBN: 978-972-592-324-5

Diversos autores têm conceituado a Psicologia Política a partir de obras que podemos chamar de manuais, uma vez que trazem elementos de sua construção enquanto campo de produção do conhecimento e saber, bem como temas pelos quais ela é compreendida. Jose Manuel Sabucedo Camaselle (1996), na Espanha; Maritza Monteiro (1987), na Venezuela; Mirta Gonzales (2008), na Costa Rica; Alessandro Soares da Silva (2012), no Brasil e Carlos Barracho (2011), em Portugal, são alguns exemplos de diversos autores que se dedicam ou se debruçaram sob tal campo do conhecimento. E é sobre a obra do último autor que trataremos nas linhas que seguem.

Nascido em Lobito, Angola, Carlos Barracho realizou seus estudos primários e secundários em seu país. Uma particularidade em sua formação sequente é a dupla titulação em todos os demais níveis de ensino. Formado em Psicologia

Resenha

clínica e Psicologia Social e das Organizações, fez mestrado em Ciências da Informação e Comunicação e em Ciência Política. É doutor em Psicologia Social e Ciência Política, pela Universidade de Estrasburgo, na França, e Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha, respectivamente. Nos últimos 15 anos uma de suas principais atividades têm sido assessorar a construção e direção de licenciaturas e pós-graduações em universidades portuguesas e angolanas. É autor de 12 livros de Psicologia e Ciência Política, além de ter escrito uma variedade de capítulos de livros e artigos.

Quanto à obra em questão, intitulada “Psicologia Política”, Barracho (2011) inicia contextualizando os caminhos da Psicologia e das Ciências Sociais, pontuando, na sequência, como a política vem sendo concebida desde autores clássicos à modernidade. Ainda que tal levantamento histórico não descreva a origem da psicologia política – o que o autor faz nos capítulos seguintes –, ele ilustra o percurso científico pelo qual a produção do conhecimento foi se transformando, até chegarmos ao cenário em que nasce o que entendemos como Psicologia Política. Cabe destacar, como o próprio nome já revela, duas dimensões da leitura do mundo e das coisas estarão em voga nessa introdução, o político e a psicologia. Dimensões porque não falamos de disciplinas como hoje, muitas vezes, concebemos.

Para o autor a Psicologia nasce muito antes de ser conceituada como tal, desde Platão, com suas referências sobre a natureza da realidade e a imortalidade da alma, se questionava sobre o racional e o irracional, o que adiante seria lido como consciente e inconsciente a partir da psicanálise de Freud. O termo Psicologia, segundo ele, nasce no século XVI e no final do século XIX e início do século XX, sob influência de uma corrente americana, ocorre a emergência do paradigma behaviorista e o triunfo da psicologia de laboratório sobre a psicologia da consciência. Também no século XIX surge a psicologia social e Le Bon publica a obra *Psicologia das Multidões*, obra pioneira na análise psicológica das massas.

Quanto às Ciências Sociais, Barracho (2011) pontua que nunca houve consenso entre as perspectivas de análise, uma vez que cada uma delas direcionava o olhar para o social sob um prisma em específico. Comte via a sociedade moderna a partir da era industrial, com o fim do feudalismo e da teologia, já Marx a entendia como a contradição entre a ordem social e o capitalismo e Tocqueville a caracterizava pelas condições sociais e econômicas na democracia. Ênfases num sistema de produção, nas contradições e lutas de classes e num sistema político de organização social oferecem distintas possibilidades de análise. E tal constatação nos parece pertinente ao notarmos que a Psicologia Política nos serve para preencher algumas lacunas em que tais perspectivas não tem se aprofundado.

Mesmo o político, ao longo da produção intelectual, tem sido compreendido de diversas formas. Barracho (2011) defende que desde Aristóteles e Platão, em suas indagações acerca da relação do homem social e a polis, fala-se de política, e na era clássica muitos pensadores que os sucederam traçaram elementos para pensar a política. Já na Idade Média, destaca São Tomás de Aquino, que avança na história do pensamento político e filosófico europeu, uma vez que sua obra faz a síntese entre o cristianismo e o aristotelismo. Segundo o autor, para Aquino a vida política diz respeito aos homens livres e deve ser a sede de liberdade. Uma crítica ao feudalismo e ao intervencionismo do clero. Nicolau Maquiavel desponta como o primeiro dos pensadores modernos em política, sendo símbolo do renascimento político e considerado por muitos filósofos da política o pai da ciência moderna.

Em sua obra, o autor supracitado, pontua que a Psicologia Política é uma expressão ambígua e depende do ponto de vista do observador ou do que está a falar. Ela *acentua o lado subjetivo da vida política, diferenciando-se assim, das ciências políticas e da sociologia*

política. [...] diz respeito à vida cotidiana, às atitudes, opiniões e representações sociais que os cidadãos têm perante a vida política. (Barracho, 2011:58-59).

Assim, Barracho (2011) vai definindo a Psicologia Política a partir de autores como Elster (1990) que a diferencia da Psicologia Social, por esta se dedicar ao estudo do poder, das agressões, da conformidade à pressão intra-grupo, da negociação, etc. Davis (1973) que se refere à Psicologia Política como complemento a ciência política que desconsiderava as escolhas dos indivíduos sobre as instituições públicas. Enquanto as variáveis da psicologia são as atitudes e personalidades, as da ciência política são as instituições e estruturas políticas. A Psicologia Política seria, portanto, a união destas variáveis. E Medina (2010), que trata da psicologia política como uma psicologia aplicada a materiais especificamente humanos, como a cidade (*polis*) e os cidadãos. E Dorna (2006) que defende que a Psicologia Política assenta-se numa rede de abordagens teóricas à volta de um conceito central que é a percepção social coletiva. Sintetiza, assim, a partir destes e outros pensadores, que a psicologia política tem-se dedicado ao estudo de fenômenos cujos aspectos psicológicos são “contingentes” à política, em vários níveis de análise, no social, grupal e organizacional.

Na década de 70 do século XX, segundo o autor, o campo começa a se institucionalizar a partir de associações e periódicos. Feitas as considerações conceituais, o autor passa a explorar temas que são compreendidos em tal campo. Movimentos sociais, comportamentos das massas, participação e ação política, autoritarismo, comportamento político e comunicação de massa, propaganda política e liderança política, todos esses, são objetos de análise para a Psicologia Política que Carlos Barracho traz em sua obra.

Quanto aos movimentos sociais, o autor discorre sobre o pensamento de Le Bon que ao tratar das multidões, traz que os fatores afetivos e místicos exercem um papel maior do que a razão numa revolução política. O autor destaca que para Le Bon o perfil dos indivíduos interfere na realidade e desenvolvimento dos movimentos. Barracho (2011) relata que para Moscovi (1984) a era das massas põe o problema da individualidade em voga, ponto crucial do individualismo moderno. O autor pontua que tanto para Freud quanto para Le Bon o indivíduo na multidão afasta-se do seu inconsciente. Assim, acrescenta que tradicionalmente admite-se que as massas são mais afetivas, menos racionais que seus membros tomados isoladamente.

E tomando os indivíduos isoladamente, pensamos nas ideias de Salvador Sandoval (2001) que concebe a consciência política como sendo dos sujeitos, ainda que constituída socialmente. Para tanto define ele algumas dimensões que compreendem tal consciência, como sentimentos de justiça/injustiça e de eficácia, reconhecimento de agentes e instituições antagônicas, entre outras. Silva (2008) em sua análise sobre os movimentos LGBT de São Paulo, Lisboa, Barcelona e Madri e Ansara (2009) em seus estudos sobre Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil, trazem tais dimensões para uma análise psicopolítica de seus temas. Sendo assim, certamente, para a psicologia política, que se assenta na psicologia social e ciência política, o válido é revelar a interação entre o indivíduo e o coletivo, entre estes e o político, entre o objetivo e o subjetivo.

Barracho (2011) também faz apontamentos quanto à ação individual e coletiva e discorre sobre a participação e a ação política, primeiramente a partir dos questionamentos acerca do processo eleitoral, mas que foi expandindo através de análises sobre o racismo, a xenofobia, etc. O autor acredita que no autoritarismo e nas atitudes sociais como determinantes dos comportamentos, haja vista que permitem a compreensão do posicionamento das pessoas frente aos diferentes estímulos e situações. Mostra-nos que a comunicação de massa está

intrinsecamente ligada à história da propaganda e que tem forte influencia sob os indivíduos e coletivos, portanto, um tema relevante à psicologia política, que pode orientar estudos entre o comportamento político e a comunicação de massa.

Já com relação à propaganda política, o autor traz uma perspectiva histórica de como e porque esta era utilizada, sempre associada a uma ideologia. Iniciou-se com a Igreja no período de Contra-Reforma, cuja missão era coordenar a propagação da fé católica pelo mundo, posteriormente na condução das guerras pelos exércitos, adiante no manifesto comunista e também na propaganda napoleônica de culto a personalidade. Contudo, aponta o autor, é com o ditador alemão Adolfo Hitler, por exemplo, que a propaganda política moderna se sistematiza e alcança a sua máxima capacidade persuasiva, a qual também pode ser vista como uma violência política.

Sobre a violência política, Barracho (2011) remete esta aos conflitos, em que a falta de resoluções anteriores e a provável incapacidade de negociação entre vários atores do processo e o cálculo entre os custos-benefícios, confere o empreendimento de tal tipo de ação. Associamos aqui um conflito dos dias de hoje, o embate entre policiais e manifestantes contra o aumento das tarifas dos transportes públicos na cidade de São Paulo, em que sociedade civil e a força do Estado se enfrentam nas ruas. Contudo, o autor pondera que a compreensão de violência é subjetiva, pois para certos contextos políticos e militares, um sujeito pode ser terrorista e para outros um herói.

Diante dessa multiplicidade de perspectivas, analisar, através da psicologia política, os grandes chefes políticos e a liderança política, compreende refletir na utilização de imagens, expressões exageradas e raciocínios simples que vão de encontro à imaginação popular. O autor defende que é preciso fazer a distinção entre líder e liderança, *pois enquanto esta se refere a um processo, o líder personifica a ação de liderar* (Barracho, 2011:249). Reconhece, ao falar de liderança política e de personalidade e carisma, a expressividade corporal e do discurso, e a eficácia comunicativa.

Por fim Barracho (2011) fala das relações internacionais como campo de análise psicopolítica, pontuando que tais relações contemplam diversos aspectos, como os econômicos, os culturais e os técnicos. Abrange conceitos básicos para teorização da política internacional, abarcando os atores (Estados e não estaduais), os fins (segurança) e os instrumentos (forma militar, economia, as finanças, a tecnologia, a ética). Certamente, tanto os fins, quanto os sujeitos e seus instrumentos são campos para análise das ações exercidas na política em cena e seus impactos subjetivos.

Assim, alinhado aos autores que mencionamos no primeiro parágrafo, Barracho (2011), no início da obra, diz ser a Psicologia Política um campo que tem se dedicado atualmente, relatando na obra seu processo histórico de concepção e temas pelos quais se interessa. O livro representa uma opção didática aos iniciantes na Psicologia Política, bem como um material rico em elementos históricos para traçar como o campo vem sendo construído na Europa, Estados Unidos e América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ansara, Soraia. (2008). *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2009.
- Barracho, Carlos. (2011). *Psicologia Política*. Lisboa: Escolar Editora.
- González-Suárez, Mirta. (2008). *Psicologia Política*. San José: Editorial UCR.
- Montero, Maritza. (Ed.). (1987). *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Panapo.
- Sabucedo, José Manuel Cameselle. (1996). *Psicologia Política*. Madrid: Sintesis.
- Sandoval, Salvador A. M. (2001). The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política / Sociedade Brasileira de Psicologia Política*. São Paulo: ISSN 1519-549X.
- Silva, Alessandro Soares da. (2008). *Luta, Resistência e Cidadania: uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT*. Curitiba: Juruá.
- Silva, Alessandro Soares da. (2012). *Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. Tese (Livre-docência). Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo.

• Recebido em 04/03/2013.

• Aceito em 21/05/2013.